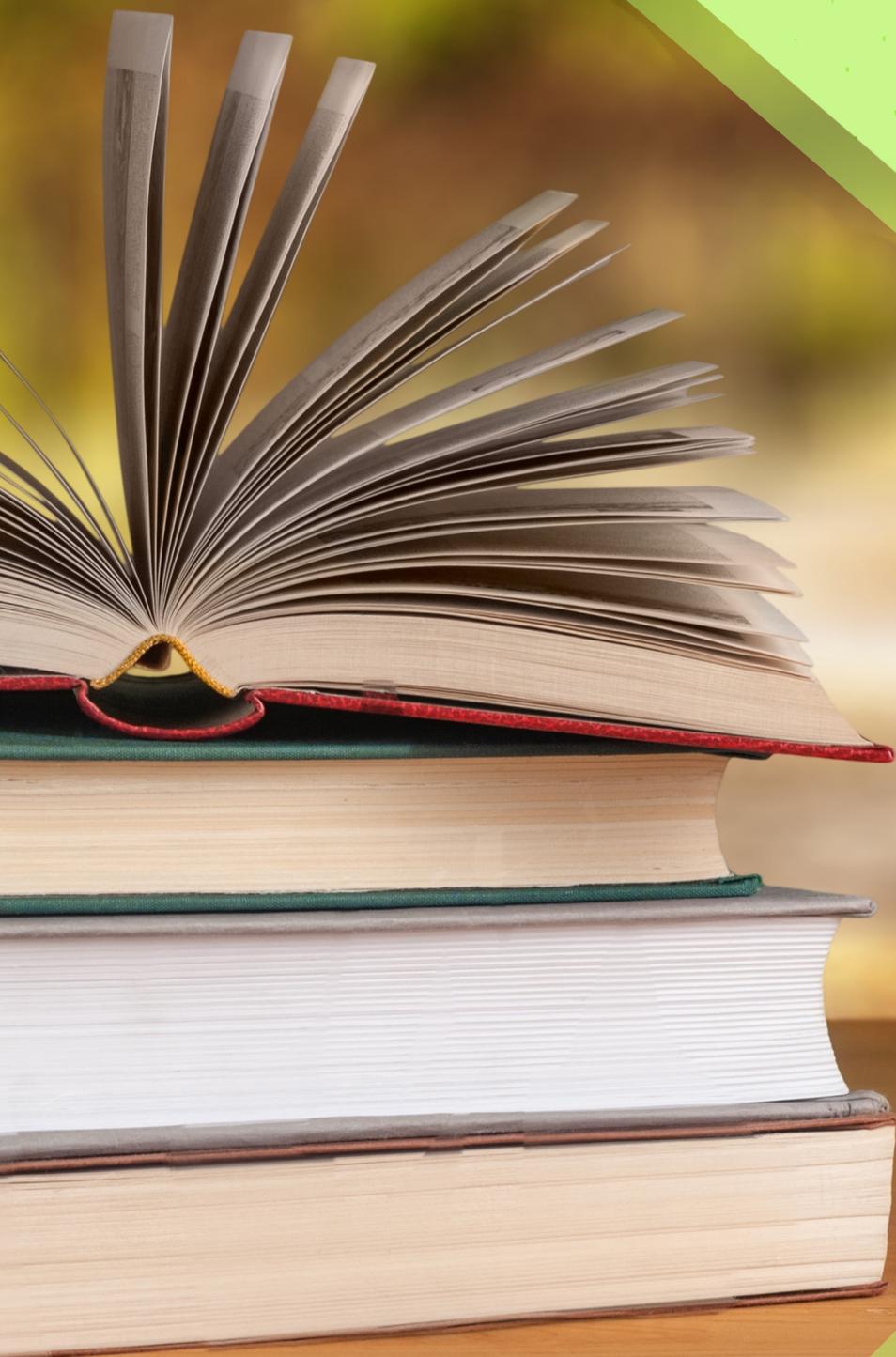


# A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira  
(Organizadora)



**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que o campo do historiador passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisadores do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO                                 |           |
| <a href="#">Berilo Luigi Deiró Nosella</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925041</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>8</b>  |
| A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ |           |
| <a href="#">Angla Pereira dos Santos Rodrigues</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925042</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>14</b> |
| A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)  |           |
| <a href="#">Regina Coeli Alcantara Silva</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925043</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>24</b> |
| A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS  |           |
| <a href="#">Helber Renato Feydit de Medeiros</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925045</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>31</b> |
| A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO   |           |
| <a href="#">Marília Villanova Rodriguês</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925045</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>38</b> |
| A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO   |           |
| <a href="#">Guillaume Azevedo Marques de Saes</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925046</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>46</b> |
| A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)   |           |
| <a href="#">Bruna Alves Carvalho Mendes</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925047</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>54</b> |
| A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE <sup>1</sup>   |           |
| <a href="#">Eduardo de Souza Gomes</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925048</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>65</b> |
| A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE  |           |
| <a href="#">Marcos Antonio de Menezes</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.8211925049</b>  |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>76</b>  |
| CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO                                   |            |
| <a href="#">Ingrid Silva Lucas</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250410</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>85</b>  |
| DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX  |            |
| <a href="#">Leonardo Oliveira Silva</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250411</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>99</b>  |
| DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições           |            |
| <a href="#">Flavia Salles Ferro</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250412</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>105</b> |
| DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL |            |
| <a href="#">Luiz Henrique Santos Brandão</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250413</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>120</b> |
| ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE  |            |
| <a href="#">Samara Letycia Moura Borges</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250414</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>127</b> |
| ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO  |            |
| <a href="#">Juçara de Souza Nassau</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250415</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>137</b> |
| FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL  |            |
| <a href="#">Lindsay Borges</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250416</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>153</b> |
| GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA   |            |
| <a href="#">Maria Raphaela Campello</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250417</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>166</b> |
| GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN              |            |
| <a href="#">Makchwell Coimbra Narcizo</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250418</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>179</b> |
| HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA |            |
| Rogério Chaves da Silva  |            |
| George Mendes Marra  |            |
| Delson Ferreira  |            |
| Geovane Reges de Jesus Campos  |            |
| Amivaldo Batista dos Santos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250419</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>195</b> |
| HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998                                |            |
| Fabrício Ferreira de Medeiros  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250420</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>209</b> |
| INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO   |            |
| Ronía Batista Vaz Otoni  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250421</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>217</b> |
| JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS                           |            |
| Flávia Arruda Rodrigues  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.82119250422</b>  |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....  | <b>226</b> |

## DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

**Leonardo Oliveira Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
Porto Alegre – RS

**RESUMO:** O espaço cemiterial público conquistou seu lugar definitivo no Brasil após décadas de debate e muito esforço do discurso médico higienista. A proibição do sepultamento intramuros – prática herdada dos colonizadores portugueses – foi o motivo principal para o surgimento dos cemitérios, uma vez que impôs a transferência do espaço de enterro da igreja para o campo santo a partir de 1850. A transferência da moradia dos mortos implicou a configuração de um novo espaço da morte dentro da cultura funerária dos vivos e, conseqüentemente, a perda do domínio eclesiástico sobre a morte, uma vez que, durante séculos, os mortos foram inumados no interior de igrejas ou em suas circunjacências, prática adotada por grande parte da população brasileira no século XIX. O presente estudo visa reconstruir a trajetória dos mortos no período em questão, com especial atenção ao esforço eclesiástico de manutenção do monopólio da morte no interior de seus espaços intramuros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura funerária. Cemitérios. Morte.

**ABSTRACT:** The public cemetery won its definitive place in Brazil after decades of debate and a lot of effort of the medical discourse. The prohibition of the intramural burial – a practice inherited from the Portuguese settlers – was the main motive for the emergence of the cemeteries, since it imposed the transfer of the burial place from the church to the holy field from 1850. The transfer of the dwelling of the dead implied the configuration of a new place of death within the funerary culture of the living and, consequently, the loss of the ecclesiastical dominion over death, since the dead have been buried within churches or in their surroundings for centuries, a practice adopted by the Brazilian population in the 19th century. The present study aims to reconstruct the trajectory of the dead in that period, with special attention to the ecclesiastical effort to maintain the monopoly of death within its intramural places.

**KEYWORDS:** Funerary architecture. Cemeteries. Death.

### 1 | INTRODUÇÃO

O espaço cemiterial público conquistou seu lugar definitivo no Brasil após décadas de debate e muito esforço do discurso médico higienista. A proibição do sepultamento

intramuros – prática herdada dos colonizadores portugueses – foi o motivo principal para o surgimento dos cemitérios, uma vez que impôs a alteração do espaço original de enterro para a nova tipologia arquitetônica, também chamada de Campo Santo, a partir de 1850. A transferência de moradia dos mortos implicou a configuração de um novo espaço da morte dentro da cultura funerária dos vivos (RODRIGUES, 1997: 21–2) e, conseqüentemente, a perda do domínio eclesiástico sobre a morte, uma vez que, durante séculos, os mortos foram inumados no interior de igrejas ou em suas circunjacências.

Aconteceu, no mundo inteiro, um fenômeno curioso bem no meado dos Oitocentos. Por medida sanitária os sepultamentos deixaram de ser no chão e nos pátios das igrejas e passaram a realizar-se em área aberta, nos chamados campos-santos ou cemitérios secularizados. (VALLADARES, 1972: 279)

Anteriormente ao surgimento dos cemitérios, o costume de enterrar os mortos sob o assoalho de espaços eclesiásticos havia sido adotado pela maioria da população brasileira até meados do século XIX. No período em questão, a prática secular cristã ainda era respaldada na noção de morte familiar e próxima, característica do mundo ocidental, que se assentava em uma relação de vizinhança cotidiana entre os indivíduos e as sepulturas; ao frequentarem as igrejas, os vivos pisavam, caminhavam, sentavam e oravam sobre seus mortos (RODRIGUES, 1997: 21).

Enquanto durou o enterramento eclesiástico, as inumações foram feitas em torno das igrejas e das capelas, o que seria de esperar, numa cidade em que a religião católica predominava entre a maioria dos habitantes. Trazidos pelos portugueses, tais costumes foram adotados desde os primórdios da colonização e remontavam à tradição ocidental cristã, que via no sepultamento eclesiástico, um espaço sagrado, uma das formas de se proceder à “boa morte”, cujo fim era a salvação no Além-túmulo. (Ibidem: 225)

O surgimento dos cemitérios deveu-se ao fato de que, no início do século XIX assistiu-se, no Brasil, ao desenvolvimento das Ciências Médicas, que voltaram parte de sua atenção à política de higienização de espaços urbanos. A fim de evitar a proliferação de enfermidades entre os vivos foram instauradas leis que não apenas proibiam enterramentos dentro de igrejas como determinavam a construção de cemitérios, espaços onde, posteriormente, seriam materializadas e eternizadas disparidades sociais entre a classe dominante da época e o resto da sociedade: os mortos ordinários.

## 2 | MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

De acordo com Rodrigues (1997: 53), durante séculos os mortos foram inumados no interior de espaços eclesiásticos ou em suas circunjacências sem que a maioria dos indivíduos se incomodasse. Acreditava-se que o cerimonial fúnebre deveria ser realizado pelo clero de modo a garantir a passagem da alma do morto ao espaço celestial:

Tornava-se, por isso, necessário, na iminência da morte, quando o indivíduo ainda estava moribundo, a administração dos sacramentos da Igreja [...]. Quando defunto, era preciso “aprontar” o morto para o velório (com banhos, toaletes, vestuário) [...]. Como garantia a mais, no caso do ritual cristão, apareceram os ofícios fúnebres que, dirigidos pelo clero, sob forma de encomendação da alma e da missa de corpo presente, representavam como que o salvo-conduto para a “partida” derradeira. (Ibidem: 176)

O solo sagrado dos espaços eclesiásticos e o ritual fúnebre apropriado asseguravam salvação eterna às almas dos mortos. A arquitetura física surgiu, portanto, como coadjuvante e viabilizadora desse processo. Segundo Reis (1991: 171), as igrejas eram consideradas os edifícios mais majestosos, pois “[...] Deus passa e deve passar à frente de tudo”; assim, os mortos eram levados à igreja ou à capela que haviam frequentado em vida e sepultados sob as tábuas do assoalho, onde cavava-se a sepultura e depositavam-se os restos mortais. Findo o enterro, as tábuas eram recolocadas.

Quando alguém morria, o dobre de sinos da igreja logo avisava a todos da comunidade. [...] Nos funerais, dependendo do prestígio do morto, as ruas se enchiam de gente, que participava do cortejo em parte por seu caráter festivo, em parte pelas esmolas e doações de preciosa cera que ocorria nos sepultamentos dos mais ricos. (CYMBALISTA, 2002: 32-3)

Da mesma maneira como os cortejos fúnebres faziam referência ao sepultamento de Cristo, as sepulturas eram associadas ao local onde ele “reinava”, isto é, nas igrejas. A proximidade física entre o cadáver e os elementos que simbolizavam o divino – como, por exemplo, as imagens de santos – representava o modelo de contiguidade espiritual que se desejava obter no paraíso: “As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos”. A igreja era, portanto, a porta de entrada do espaço celestial (REIS, 1991: 171).

Ser enterrado em solo sagrado representava também uma maneira de não rompimento dos liames com os vivos (Ibidem: 171), uma vez que os indivíduos, durante as missas, eram frequentemente recordados da presença dos mortos. Segundo fragmento das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – legislação eclesiástica instaurada no Brasil Colonial em 1707 – apresentado por Cymbalista, faz-se evidente que a inumação intramuros não consistia apenas em uma orientação, mas em uma ordem:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis cristãos defuntos nas igrejas e cemitérios delas [...] tendo em vista às sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório. [...] Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos nas Igrejas [...] e não em lugares não sagrados [...]. (CYMBALISTA, 2002: 32)

Observa-se, portanto, que ser inumado no interior de espaços eclesiásticos era prerrogativa exclusiva de indivíduos cristãos. Segundo Motta (2009: 64), tal privilégio era detido também pela classe mais abastada da sociedade, enquanto cadáveres

pertencentes a escravos e a outros segmentos desprestigiados eram comumente enterrados em valas coletivas, jogados ao mar ou em terrenos baldios:

Nem todos tinham direito à sepultura eclesiástica. Ela era terminantemente proibida aos judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. (REIS, 1991: 174)

Tais proibições denotam que, segundo a Igreja, nem todos os indivíduos eram merecedores da alma eterna. O veto quanto ao local de inumação intramuros era, no entanto, passível de invalidação em determinadas situações; a título de exemplo, Valladares menciona o caso de Catarina da Silva, “dama paulista, imensamente rica, doadora de enorme prestígio capaz de alterar as disposições regulamentares da Ordem, a fim de ser enterrada no chão da Capela-mor”:

[...] pelas implicações de seu testamento se torna, por mais de dois séculos, presença constante nos livros de gastos, de sufrágios e termos da venerável Ordem soube erigir sepultura de exceção no presbitério, junto ao marido, lugar privilegiado para os sacerdotes e ministros da Ordem, debaixo do altar-mor, para o que pagou com a parcela de vinte mil-réis. (VALLADARES, 1972: 141–3)

No período das inumações intramuros, as igrejas não possuíam mobiliário disponível aos fiéis durante missas, batizados, casamentos ou funerais, de modo que os vivos se sentavam e caminhavam, literalmente, sobre as sepulturas. As covas, configuradas em formato retangular e com oito a seis palmos de profundidade, eram cobertas com pedra, mármore ou madeira: “[...] eram numeradas, para evitar que fossem abertas aquelas recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal. Em seguida, jogava-se terra, que era socada com pesadas calceteiras [...]” (REIS, 1991: 174–5).



FIGURA 01: Até o século XIX os vivos pisavam sobre os mortos no interior das igrejas.

FONTE: RODRIGUES, 1997: 69.



FIGURA 02: Campas de perpetuidade adquirida recobertas com lajes de pedra e inscrições emblemáticas. Igreja do Convento de Santa Teresa da Bahia.

FONTE: VALLADARES, 1972: 17.

Acreditava-se que a proximidade entre mortos e vivos, além de estar relacionada à encomendação da alma a Deus, tinha a finalidade de impedir que os espíritos retornassem ao mundo dos vivos e os perturbasse (RODRIGUES, 1997: 224). Conforme Reis, de modo geral, qualquer fiel poderia ser enterrado no interior das igrejas; o local e tipo de sepultura eram, no entanto, hierarquizados:

Uma primeira divisão se fazia entre o corpo, parte interna do edifício, e o adro, a área em sua volta. A cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Ali se enterravam escravos e pessoas livres, mas muito pobres. [...] também sob o chão das igrejas os mortos se dividiam de maneira que refletia a organização social dos vivos. (REIS, 1991: 175–6)

A proximidade ao altar (e, portanto, a Deus) conferia caráter eminente ao morto, como se a proximidade física garantisse espaço celestial especial, prerrogativa que podia ser assegurada ainda em vida por meio de pagamento em dinheiro, como foi o caso de Catarina da Silva, tanto embora tenha caracterizado falta de cumprimento do regulamento da Ordem.

*Enterros na igreja da Penha, 1834-6*

| <i>Local</i> | <i>Livres</i> | <i>Escravos</i> | <i>Total</i> |
|--------------|---------------|-----------------|--------------|
| Corpo        | 20            | 9               | 29           |
| Adro         | 2             | 16              | 18           |
| <b>Total</b> | <b>22</b>     | <b>25</b>       | <b>47</b>    |

FIGURA 03: Tabela referente ao enterramento na Igreja da Penha, em Salvador, entre 1834 e 1836.

FONTE: REIS, 1991: 175.

Segundo Cymbalista (2002: 41), havia indivíduos que, não obstante seguidores da doutrina cristã, nem sequer chegavam a ser inumados nos adros das igrejas: “Muitos morriam nos sertões, sem nenhuma assistência religiosa. Era comum que escravos e desclassificados fossem simplesmente largados nos caminhos e florestas”:

Para os indigentes, havia os cemitérios administrados pelas Misericórdias, que, via de regra, apresentavam péssimas condições. Não se pode sequer dizer que correspondessem a um aspecto do serviço religioso, estando mais próximos de um serviço de remoção de lixo. (Ibidem: 41)

Reis (1991: 173) menciona o caso do escravo batizado Matias que, em 1813, morreu desamparado pelo seu proprietário, o coronel Francisco Duarte da Silva, que não o encomendou à Igreja, “[...] de sorte que os cães e urubus o comeram junto à porta do dito senhor”. Aos senhores, no entanto, era permitida a escolha de um local de sepultamento especial no interior de espaços sacralizados.

Naquele período, morrer anonimamente significava estar sujeito a ter removidos os próprios restos mortais da igreja com o passar do tempo, uma vez que covas anônimas, sem identificação dos mortos, eram reabertas e esvaziadas à medida que os corpos se desintegravam (Ibidem: 173) e preenchidas por cadáveres posteriormente.



FIGURA 04: Sepulturas reabertas na igreja do Rosário das Portas do Carmo.

FONTE: REIS, 1991: 177.

Outros dispositivos de estratificação social em cemitérios intramuros foram as catacumbas e os carneiros, espaços que agrupavam corpos de membros do clero e fiéis mais abastados: os carneiros resguardavam as sepulturas em locais reclusos, geralmente no subsolo das igrejas, e as catacumbas consistiam em agrupamentos de carneiros.

Além de abolir a proximidade entre mortos socialmente diferentes, os carneiros acabavam com o contato entre o cadáver e a terra, um processo já iniciado com o

enterro em caixão. A mudança representava uma revolução na ideia de equivalência do cadáver à terra como pó original, matéria primeira [...]. (REIS, 1991: 178)



FIGURA 05: Carneiros da Ordem Terceira de São Domingos.

FONTE: REIS, 1991: 181.



FIGURA 06: Lápides de indivíduos abastados eram minuciosamente elaboradas ao passo que anônimos e escravos, em geral, não dispunham de identificação na sepultura.

FONTE: REIS, 1991: 184.

O domínio sobre espaços de enterramento conferia à Igreja liberdade para separar os privilegiados e mercedores da alma eterna dos que não eram dignos do Paraíso. Tal liberdade seria censurada após a ascensão das Ciências Médicas no século XIX; no entanto, a Igreja não desistiria do monopólio da morte tão facilmente.

### 3 | A REVOLTA CONTRA O CAMPO SANTO

Segundo Rodrigues (1997: 89–90), a proibição do sepultamento intramuros

iniciou-se no Rio de Janeiro por volta de 1801, através de carta régia que não só vetava o procedimento como ordenava a construção de um cemitério em função de eventuais riscos à saúde pública.

Posteriormente, irrompeu na Bahia uma revolta popular que teve origem nas irmandades e ordens terceiras de Salvador, alcunhada “Cemiterada”. Descrita por Reis (1991: 13) como “extraordinário evento”, o motim teve lugar na capital baiana em 25 de outubro de 1836, uma vez que, no dia seguinte, entraria em vigor a lei que proibia o tradicional costume de sepultamento nas igrejas e concedia a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos.

A partir da Lei do Cemitério, elaborada em 1835 em território baiano, a inumação dos mortos seria obrigatoriamente transferida das igrejas para o novos Campos Santos; a lei, no entanto, não ia de encontro com os interesses das irmandades, padres e frades, que desejavam manter o monopólio dos enterramentos no interior dos espaços eclesiásticos, revelando “uma estreita motivação econômica” e “uma expressão atrasada de religiosidade”: “irmandades, padres, sacristãos, negociantes de artigos funerários teriam insuflado um povo ignorante e supersticioso contra o Campo Santo, com o único objetivo de defender seus interesses econômicos” (Ibidem: 22).

A sociedade foi, desse modo, utilizada como instrumento para que a Igreja mantivesse o domínio sobre os mortos a partir da ameaça de que, uma vez sepultado em solo não sagrado, o corpo estaria fora do controle de Deus e, portanto, fora do Paraíso. Foi então elaborado, pelos próprios manifestantes, um documento que exigia a anulação da Lei do Cemitério, posteriormente entregue ao presidente da província e acompanhado de múltiplas petições de irmandades. Discordava-se da lei que garantiria o monopólio do cemitério a empresários, mas nada se falou quando esse pertencia à Igreja.

Nos dias anteriores à manifestação, circulara um abaixo-assinado denunciando os “cemiteristas”, como foram rotulados os adeptos do Campo Santo [...], principalmente seus proprietários. E assinaram esse documento não apenas os membros de irmandades. [...] A “população” também tinha interesses seus ali em jogo, e se juntou às confrarias para defendê-los. (Ibidem: 14)

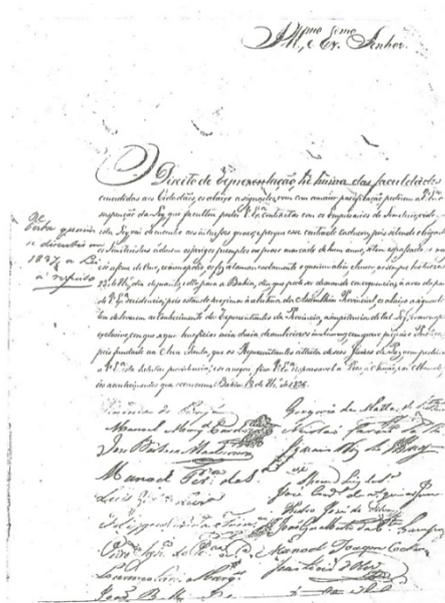


FIGURA 07: Primeiras assinaturas do manifesto da Cemiterada.

FONTE: REIS, 1991: 323.

A manifestação, que teve lugar na Praça do Palácio, reuniu não só representantes das irmandades – os únicos solicitados pelo presidente na ocasião – mas também vários manifestantes, membros ou não das confrarias, que invadiram o palácio e protestaram contra a empresa responsável pelo Campo Santo:

Perto da praça ficava o escritório da empresa funerária, que foi apedrejado enquanto os manifestantes gritavam contra um dos sócios: “morra José Antônio de Araújo”, palavra de ordem que, numa revolta desse tipo, era de uma adequação retórica perfeita. [...] Assim, não foi somente “o povo” que deu início à violência na praça, mas gente organizada em irmandade. Enquanto apedrejavam, “davam vivas às Irmandades e morras aos Pedreiros livres, e de repente apareceu um *morra ao Cemitério!*”. (Ibidem: 15–6)

Dispersos com ajuda da polícia, os manifestantes se dirigiram ao Campo Santo, que ficava a cerca de três quilômetros do centro de Salvador, munidos de “machados, alavancas e outros ferros, e em número de mais de 3 mil pessoas, em menos de uma hora, deram com o Cemitério em baixo, quebrando tudo e deitando fogo ao que podia arder”.

Várias testemunhas viram quando os rebeldes [da Cemiterada] retornaram à cidade, levando barras de ferro e outros materiais arrancados do cemitério. [...] Os rebeldes foram vistos empurrando um carro funerário trazido do Campo Santo, que acabou destroçado nas imediações do palácio do governo. [...] Os manifestantes deram um ar ritualístico à revolta. [...] “a maioria parecia sentir alegria” pela destruição de um estabelecimento que acreditavam significar a “destruição da religião católica”. (Ibidem: 17–8)

No Rio de Janeiro, embora não tenha havido revolta popular semelhante, tampouco destruição do Campo Santo, a população se voltou contra o discurso médico e a atribuição da propriedade sobre sepultamentos a empresários particulares. O visconde de Baependi, segundo Rodrigues (1997: 96), se opôs veementemente a

tal concessão sob alegação de que a sociedade não aceitaria o estabelecimento de cemitérios extramuros por associações não religiosas, uma vez que “irmandades e corporações religiosas [...] tinham feito despesas com a construção de catacumbas e sepulturas”.

A Cemiterada baiana só obteve seu desfecho com o advento da cólera em 1855. No Rio de Janeiro, a situação foi semelhante: a lei que exigia a construção de cemitérios, instaurada em 1835, só entrou em vigor a partir de 1850, quando o cólera-morbo acometeu diversos indivíduos. Verificou-se, portanto, que a retirada dos mortos do interior das igrejas constituía medida de saúde. Em outubro de 1855 foram finalmente apresentados os documentos técnicos para execução das obras (RODRIGUES, 1997: 104).

Em São Paulo, ainda em 1850 eram realizadas inumações intramuros, fenômeno alterado também pela epidemia do cólera-morbo. Apenas em 1858 foi construído, benzido e inaugurado o primeiro cemitério paulista que, de modo análogo ao que sucedera-se na Bahia, sofreu resistência da população e de associações religiosas: “O caráter aparentemente menos drástico da epidemia de cólera nesta região, em relação às demais, provavelmente impediu que as providências de transferência dos sepultamentos fossem tomadas imediatamente” (Ibidem: 104).

Conquanto houvesse perdido definitivamente o monopólio sobre os mortos, a Igreja e seus fiéis mais abastados encontrariam outros modos de distinguir-se perante o resto da sociedade, ainda que não em espaços intramuros. A profusão de signos distintivos operou a favor da doutrina católica, que dominaria posteriormente também os espaços extramuros.

#### 4 | OS MORTOS CHEGAM AO CAMPO SANTO

“Era, e sempre foi, desejo do abastado, distinguir-se através de uma marca perene, de um objeto de consagração – o túmulo [...]” (VALLADARES, 1972: 280)

De acordo com Valladares (1972: 279), a prática do enterramento a céu aberto não era novidade no período que foi implantada no Brasil, visto que outras nações já traziam tradicionalizado tal costume; foi, no entanto, crucial para a desvinculação dos mortos com a Igreja e para a dissolução do seu monopólio sobre a morte, uma vez que se deixou de ser imposição o costume de inumação como garantia de Paraíso.

Segundo Motta (2009: 30), a transferência do espaço de enterramento no século XIX foi importante e significativa, pois acarretou na extinção de sepulturas *ad sanctos* e na perda do domínio da Igreja sobre sepultamentos e rituais fúnebres. A transfiguração do cemitério em uma nova instituição social e cultural representou, sobretudo, a privação do controle eclesiástico sobre a morte e sobre os mortos no Ocidente.

A partir da subordinação dos novos Campos Santos ao poder público, ou seja, à racionalidade administrativa do Estado, os mortos romperam elos simbólicos e

seculares com a Igreja, que resguardava no princípio do sepultamento intramuros a garantia de salvação eterna das almas dos mortos. No entanto, a implementação dos novos espaços da morte – geralmente situados nas periferias das cidades – resultaria em mudanças profundas nas atitudes dos vivos diante da finitude humana, o que acarretou na alteração da sensibilidade coletiva frente ao destino dos mortos (Ibidem: 30).

As novas atitudes perante a morte prenunciaram seu caráter no Ocidente do século seguinte. Conforme Ariès (2014 [1977]: 756), a modernidade do século XX “expulsou a morte” do cotidiano: “A sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento de um indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais”. Tal afastamento engendrado entre vivos e mortos pode ser observado espacialmente em necrópoles modernas, que são em geral marginalizadas dentro das sociedades dos vivos.

Ao retirar os mortos do interior das igrejas, a morte deixou de ser vista com familiaridade e passou a ser tratada com aversão e como fenômeno apartado, longínquo e praticamente imaginário. A transferência do espaço de enterramento, no entanto, deu início a um novo modelo de relação urbanística entre vivos e mortos, que se tornaria fundamental na concepção de determinadas cidades brasileiras:

[...] a inserção urbana dos mortos na cidade [caracteriza o] período que se conclui na última década do século XIX com a consolidação do cemitério municipal como local que centraliza a morada dos mortos. [...] essa construção social, que em nome da civilização segrega os mortos dos vivos, estabelece um só lugar para eles na cidade – o cemitério público. (CYMBALISTA, 2002: 17–8)

A partir do surgimento dos cemitérios públicos, todos os indivíduos da sociedade teriam, em tese, sepultamento secularizado garantido. Esse direito foi, no entanto, assegurado em parte, uma vez que tais lugares operavam de modo incisivo no sentido de segregar os mortos mediante elementos simbólicos e arquitetônicos na tentativa de evidenciar que a morte não era socialmente uniforme:

[...] a concentração da interface entre vivos e mortos em um só local engendrou outras maneiras de diferenciação entre os vários grupos da sociedade, entrando em cena a arquitetura, mobilizada em todo o seu potencial no sentido de atribuir aos túmulos uma posição específica na sociedade. [...] a forma final dos túmulos origina-se de escolhas e imposições culturais, estéticas, econômicas [...]. (Ibidem: 18)

Conforme Valladares (1972: 279), o fenômeno da transferência dos mortos da Igreja ao Campo Santo – que afetou principalmente sociedades de predominância católica – não se deveu apenas à questão científica e higienista trazida pelo século XIX, mas ao desejo da classe dominante de empregar seu capital a fim de distinguir-se e monumentalizar-se perante o resto da sociedade por meio de obras tumulares, materializando uma aspiração que, segundo o autor, “existia há longos tempos”:

[...] quando se atenta para o resultado ocorrido, sobre mais de um século, estudando-se o fantástico derrame de fortuna nas construções tumularias pomposas, dos abastados de cada cidade, quando se verifica a diferença de comportamento

entre a sepultura de igreja e a da construção livre arbitrada pela fantasia social do usuário, e também quando se considera a história social e cultural do mesmo período, então se percebem outras razões no fenômeno. (Ibidem: 279)

O caráter remoto atribuído por Valladares ao desejo de distinção social é ratificado por Motta (2009: 61), que menciona que, antes mesmo do surgimento dos primeiros cemitérios secularizados do Brasil, já se fazia presente a aspiração pela individualidade do corpo na sepultura. Os espaços da morte primevos, pautados no gosto individual, conformariam, portanto, uma paisagem heterogênea e fragmentada dentro das cidades dos vivos (CYMBALISTA, 2002: 19).

Não foi somente uma questão [...] metade empírica e metade científica. [...] se apenas por isso acontecesse, os cemitérios católicos em descampados teriam permanecido sóbrios, padronizados, como os que se erigiam para as irmandades, em mausoléus coletivos, ou como os de outras religiões. (VALLADARES, 1972: 279)

Como aponta Vovelle (2010 [1996]: 268), a fé proclamada e as referências à doutrina católica se tornaram onipresentes nos novos Campos Santos sob forma de símbolos e alegorias que reafirmavam preceitos cristãos. Desse modo a Igreja Católica, embora não detivesse mais pleno monopólio sobre os mortos, fez-se presente nos cemitérios extramuros e tornou-se protagonista também nos espaços de enterramento fora de seu domínio físico, revelando a influência de sua dominação ideológica.

[...] os ensinamentos da Igreja [...] permanecem mais do que nunca onipresentes no lugar dos mortos [...] uma quantidade de motivos que já nos parece familiar [...] a alma – geralmente feminina – levantando voo enlevada pelo anjo, mas também o que nos remete a outro tipo de percepção, brutalmente raptada pela Morte, que a iconografia do purgatório relegara a um lugar mais do que subalterno. (Ibidem: 268)

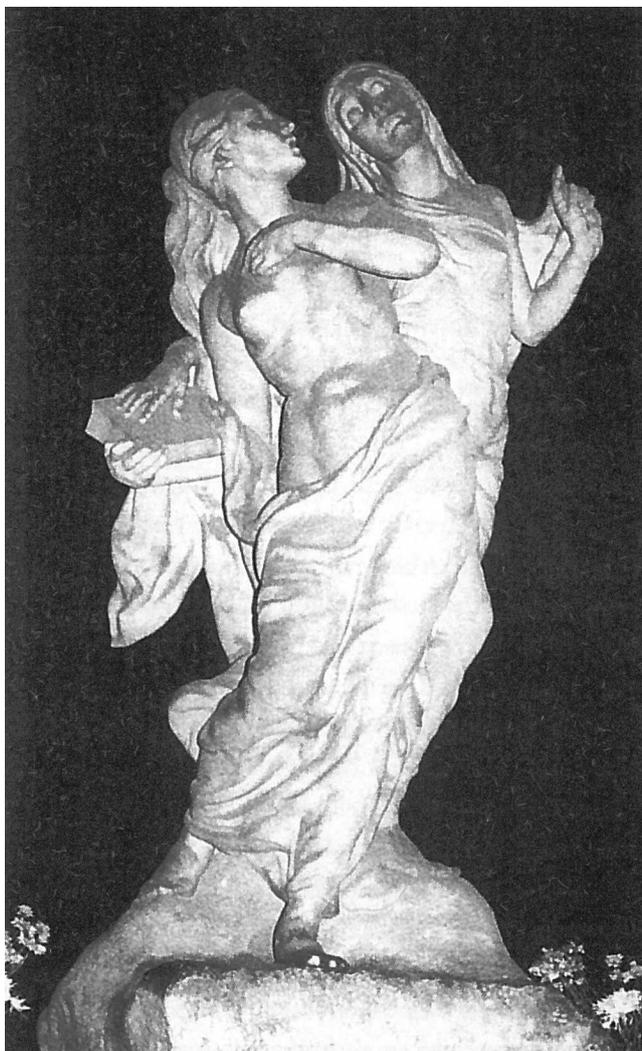


FIGURA 08: Tema da alma arrebatada pelo anjo da morte. Gênova, Staglieno.

FONTE: VOVELLE, 2010 [1996]: 269.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARIÈS, P.** *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 837 p.

**CYMBALISTA, R.** *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 210 p.

**MOTTA, A.** *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. 202 p.

**OLIVEIRA, L.** *Espaços da morte*. 410 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

**REIS, J. J.** *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (6ª reimpressão: 2012). 357 p.

**RODRIGUES, C.** *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. 276 p. (Coleção Biblioteca carioca; v. 43. Série publicação científica)

**VALLADARES, C. do P.** *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho

Federal de Cultura, 1972. 1487 p.

**VOVELLE, M.** *As almas do purgatório ou o trabalho de luto*. Tradução de Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 346 p.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-282-1

